

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar

CEP 01452-000 - São Paulo - SP

Tel: (11) 2202-8100

www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

Sumário

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	5
Diretoria	10
Contador	10
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	11

Relatório da Administração

Apresentação: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Desempenho do Exercício: O Scotiabank Brasil encerrou o exercício de 2019 com um lucro líquido de R\$ 94.592 (2018 - R\$ 59.048), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 9,15% (2018 - 7,71%). O índice de Basileia de 27,20% (2018 - 25,13%) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) R\$ 322.065 (2018 - R\$ 366.166), demonstram que o Banco manteve-se fiel à sua política de operar com baixa alavancagem, elevada liquidez e forte nível de capitalização. Neste exercício, o Banco distribuiu dividendos no valor de R\$ 3.000 e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 51.850, já deduzidos dos tributos incidentes.

Responsabilidade Social: O Banco tem como política realizar patrocínios culturais, tendo destinado neste exercício um montante de R\$ 646. **Outras Informações:** De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Agradecimentos: O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		5.097.725	4.633.998	Circulante		3.773.076	3.615.879
Disponibilidades	4	11.911	24.224	Depósitos	12	1.046.196	217.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.701.372	2.417.195	Depósitos à vista		108	369
Aplicações no mercado aberto		2.510.045	2.346.947	Depósitos a prazo		1.046.088	217.155
Aplicações em depósitos interfinanceiros		191.327	70.248	Captações no mercado aberto	13	424.583	62.073
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		575.148	329.585	Carteira de terceiros		424.583	62.073
Carteira própria	3d, 6	245.461	278.734	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	-	927
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	43.731	23.170	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		-	927
Vinculados a prestação de garantias	3d, 6	285.956	27.681	Relações interdependências		9.614	15.497
Relações interfinanceiras		4	4	Recursos em trânsito de terceiros		9.614	15.497
Créditos vinculados:				Obrigações por empréstimos	15	569.415	1.839.393
Depósitos no Banco Central		4	4	Empréstimos no exterior		569.415	1.839.393
Operações de crédito		867.798	719.195	Obrigações por repasses	16, 26a	817.613	589.421
Operações de crédito				Repasses do exterior		817.613	589.421
Setor privado	3f, 9a	867.876	719.278	Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	265.351	182.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	(78)	(83)	Instrumentos financeiros derivativos		265.351	182.140
Outros créditos		940.664	1.143.311	Outras obrigações		640.304	708.904
Carteira de câmbio	10	993.501	1.190.571	Carteira de câmbio	10	491.208	604.001
Negociação e intermediação de valores	3e, 7	2.613	5.845	Sociais e estatutárias		2.028	1.790
Diversos	11	30.789	30.246	Fiscais e previdenciárias	17	48.821	73.131
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	3g, 9c/d	(86.239)	(83.351)	Negociação e intermediação de valores	3e, 7	82.461	16.798
Outros valores e bens		828	484	Diversas	18	15.786	13.184
Despesas antecipadas		828	484	Exigível a longo prazo		1.544.498	1.284.967
Realizável a longo prazo		1.309.822	1.328.503	Depósitos	12	4.803	96.402
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		330.967	631.661	Depósitos a prazo		4.803	96.402
Carteira própria	3d, 6	-	109.457	Obrigações por repasses	16, 26a	806.140	581.130
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	96.480	15.466	Repasses do exterior		806.140	581.130
Vinculados a prestação de garantias	3d, 6	234.487	506.738	Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	669.718	537.177
Operações de crédito		896.140	615.399	Instrumentos financeiros derivativos		669.718	537.177
Operações de crédito				Outras obrigações		63.837	70.258
Setor privado	3f, 9a	896.140	615.399	Fiscais e previdenciárias	17	35.769	41.664
Outros créditos		82.206	81.441	Diversas	18	28.068	28.594
Diversos	11	82.206	81.441	Resultados de exercícios futuros		-	40
Outros valores e bens		509	2	Resultados de exercícios futuros		-	40
Despesas antecipadas		509	2	Patrimônio líquido		1.095.991	1.067.289
Permanente	3h	6.018	5.674	Capital:			
Investimentos		6	6	De domiciliados no exterior	20	796.879	796.879
Outros investimentos		6	6	Reservas de lucros	20a	292.468	261.876
Imobilizado de uso		4.917	5.438	Ajustes de avaliação patrimonial	3d, 6	6.644	8.534
Outras imobilizações de uso		16.001	15.967				
Depreciações acumuladas		(11.084)	(10.529)				
Intangível		1.095	230				
Ativos Intangíveis		1.746	1.036				
Amortizações acumuladas		(651)	(806)				
Total do ativo		6.413.565	5.968.175	Total do passivo		6.413.565	5.968.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

em 31 de Dezembro (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2º Semestre		Exercícios	
	Nota	2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		296.312	410.980	524.946
Operações de crédito		75.701	103.978	181.629
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		132.333	228.483	159.552
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	69.988	76.041	99.049
Resultado de operações de câmbio		18.290	2.478	84.716
Despesas da intermediação financeira		(176.331)	(214.527)	(376.169)
Operações de captação no mercado		(29.578)	(49.584)	(52.578)
Operações de empréstimos e repasses		(142.665)	(162.060)	(314.446)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9d	(4.088)	(2.883)	(9.145)
Resultado bruto da intermediação financeira		119.981	196.453	148.777
Outras receitas (despesas) operacionais		(42.815)	(80.530)	(42.252)
Receitas de prestação de serviços		7.505	13.867	38.531
Despesas de pessoal		(32.786)	(60.945)	(54.047)
Outras despesas administrativas		(11.860)	(22.633)	(22.021)
Despesas tributárias		(6.771)	(12.090)	(16.565)
Outras receitas operacionais	26c	1.864	3.121	13.260
Outras despesas operacionais	26c	(767)	(1.850)	(1.410)
Resultado operacional		77.166	115.923	106.525
Resultado não operacional		(9)	(9)	(19)
Resultado antes da tributação e participações no lucro		77.157	115.914	106.506
Imposto de renda e contribuição social	21	(3.878)	(19.294)	(45.544)
Provisão para imposto de renda		(3.296)	(15.561)	(24.907)
Provisão para contribuição social		(5.082)	(12.513)	(15.717)
Ativo fiscal diferido		4.500	8.780	(4.920)
Participações no lucro		(2.028)	(2.028)	(1.914)
Lucro líquido do semestre/exercícios		71.251	94.592	59.048
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		16,94	22,50	14,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	Nota	2019	2019	2018
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		73.671	83.610	61.215
Lucro líquido do semestre/exercícios		71.251	94.592	59.048
Ajustes ao lucro líquido		2.420	(10.982)	2.167
(Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9d	(3)	(5)	(3.396)
Despesa de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9d	4.091	2.888	12.541
Depreciações e amortizações		624	1.155	1.015
Perda na baixa de imobilizado de uso		1	1	3
Perda na baixa de ativo intangível		1	1	-
Impostos diferidos		(2.718)	(15.931)	(8.805)
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	19d	424	909	809
Variação de ativos e obrigações		(439.496)	(1.130.591)	33.570
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(882.063)	(1.384.346)	(307.517)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		298.136	268.993	458.923
Reversão (aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		1	-	-
Redução em relações interfinanceiras		-	-	113
Redução (aumento) em relações interdependências		9.614	(5.883)	15.497
(Aumento) em operações de crédito		(440.357)	(429.339)	(533.510)
Redução (aumento) em outros créditos		634.421	207.774	(532.407)
Redução (aumento) em outros valores e bens		(390)	(851)	22
Aumento (redução) em depósitos	12	674.864	737.073	(1.007.752)
Aumento em captações no mercado aberto	13	16.504	362.510	62.073
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		-	(927)	131
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	15,16	(243.069)	(816.776)	1.721.487
Aumento (redução) em outras obrigações		(507.157)	(68.779)	156.470
Aumento (redução) em resultado de exercícios futuros		-	(40)	40
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(365.825)	(1.046.981)	94.785
Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(761)	(1.163)	(3.175)
Aplicações no ativo intangível		(271)	(338)	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.032)	(1.501)	(3.213)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital		-	-	475.758
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20b	(64.000)	(64.000)	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(64.000)	(64.000)	475.758
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		(430.857)	(1.112.482)	567.330
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		744.844	1.426.469	859.139
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	313.987	313.987	1.426.469
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		(430.857)	(1.112.482)	567.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Estatutárias	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		321.121	19.054	183.774	408	-	524.357
Aumento de capital	20	475.758	-	-	-	-	475.758
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	8.126	-	8.126
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	59.048	59.048
Destinações:							
Reserva legal		-	2.953	-	-	(2.953)	-
Reservas estatutárias		-	-	56.095	-	(56.095)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		796.879	22.007	239.869	8.534	-	1.067.289
Saldos em 1º de janeiro de 2019		796.879	22.007	239.869	8.534	-	1.067.289
Pagamento de juros sobre o capital próprio	20b	-	-	(61.000)	-	-	(61.000)
Pagamento de dividendos	20b	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Ajustes de avaliação patrimonial	6b	-	-	-	(1.890)	-	(1.890)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	94.592	94.592
Destinações:							
Reserva legal	20a	-	4.730	-	-	(4.730)	-
Reservas estatutárias	20a	-	-	89.862	-	(89.862)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		796.879	26.737	265.731	6.644	-	1.095.991
Saldos em 1º de julho de 2019		796.879	23.174	239.869	17.182	22.174	1.099.278
Pagamento de juros sobre o capital próprio	20b	-	-	(61.000)	-	-	(61.000)
Pagamento de dividendos	20b	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Ajustes de avaliação patrimonial	6b	-	-	-	(10.538)	-	(10.538)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	71.251	71.251
Destinações:							
Reserva legal	20a	-	3.563	-	-	(3.563)	-
Reservas estatutárias	20a	-	-	89.862	-	(89.862)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		796.879	26.737	265.731	6.644	-	1.095.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2020. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e longo prazo, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração de resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo

valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais tem os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreçamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do spread de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos pela Resolução CMN nº 2.682 (nota 3 "g"). No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

f) Operações de crédito: São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

g) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa: Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

h) Permanente:

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- **Redução ao valor recuperável:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificadas perdas por *impairment*.

j) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos.

k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável. Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Com base na Resolução CMN nº 3.059 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam

uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 21 "c").

l) PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias): O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

n) Pagamento baseado em ações: Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do exercício em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 23).

o) Benefícios a empregado pós-emprego: Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregado. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 24).

4. Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa	2019	2018
Disponibilidades	11.911	24.224
Aplicações no mercado aberto	292.004	1.331.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.072	70.248
Total	313.987	1.426.469

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no mercado aberto

Posição bancada

Posição vendida

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Depósitos interfinanceiros

Total

	2019			2018	
	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
1.099.723	1.410.322	-	2.510.045	2.346.947	
1.027.653	1.058.227	-	2.085.880	2.284.902	
72.070	352.095	-	424.165	62.045	
10.072	-	181.255	191.327	70.248	
10.072	-	181.255	191.327	70.248	
1.109.795	1.410.322	181.255	2.701.372	2.417.195	

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

a) Títulos para negociação

	2019					2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria									
LTN	150.813	587	1.291	-	-	152.691	152.663	65.659	65.578
NTN	-	-	9.881	2.091	3.579	15.551	15.246	10.669	10.622
Subtotal	150.813	587	11.172	2.091	3.579	168.242	167.909	76.328	76.200
Vinculados a prestação de garantias									
LTN	-	-	-	-	-	-	-	27.681	26.908
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	27.681	26.908
Total	150.813	587	11.172	2.091	3.579	168.242	167.909	104.009	103.108

b) Títulos disponíveis para venda

	2019			2018			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria							
LTN	-	-	-	-	-	199.949	199.967
NTN	-	-	-	-	-	109.457	106.213
Subtotal	-	-	-	-	-	309.406	306.180
Vinculados a prestação de garantias							
LTN	-	285.956	202.010	487.966	475.885	480.324	469.326
Cotas de fundo de investimento	32.477	-	-	32.477	32.477	26.414	26.414
Subtotal	32.477	285.956	202.010	520.443	508.362	506.738	495.740
Total	32.477	285.956	202.010	520.443	508.362	816.144	801.920

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

c) Títulos mantidos até o vencimento

	2019			2018		
	Até 12 meses	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado	
Carteira própria						
Debêntures	77.219	77.219	77.448	2.457	2.782	
Total	77.219	77.219	77.448	2.457	2.782	

Em 31 de dezembro de 2019 não houve a dedução de provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre o custo atualizado/contábil (2018 - R\$ 335) (nota 3 "d"). Os títulos públicos federais encontram-se custodiados na SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	Valor de mercado	Ajuste a receber (pagar)	Valor de mercado	Ajuste a receber (pagar)
Futuros				
Posição comprada	12.386.524	(81.652)	9.332.210	(12.824)
DI	1.551.952	745	544.936	301
DDI	10.392.103	(81.068)	8.519.913	(12.092)
Dólar	442.469	(1.329)	267.361	(1.033)
Posição vendida	1.019.661	1.831	739.909	2.111
DI	716.951	(24)	253.685	(5)
DDI	240.234	1.639	271.490	1.046
Dólar	62.476	216	214.734	1.070

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possui contratos de *swap* cambial com ajuste periódico (2018 - R\$ 58.093 posição vendida). Em 31 de dezembro de 2019, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" no passivo circulante, o montante de R\$ 27 (2018 - R\$ 16), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

	2019		2018	
	Mercado referencial	Custo atualizado	Mercado referencial	Custo atualizado
Valor de:				
Swap				
Posição ativa	9.786.714	9.667.318	6.793.404	6.503.171
CDI	9.579.653	9.461.717	6.793.435	6.503.171
Prefixado	207.356	205.601	-	-
Ajustes prudenciais (i)	(295)	-	(31)	-
Posição passiva	(10.580.372)	(10.377.633)	(7.488.445)	(7.228.854)
Dólar	(10.580.372)	(10.377.633)	(7.488.445)	(7.228.854)
Operações a Termo				
Posição ativa	635.471	644.052	484.121	494.199
Dólar	440.624	447.776	369.143	377.457
Prefixado	194.847	196.276	114.980	116.742
Ajustes prudenciais (i)	-	-	(2)	-
Posição passiva	(636.671)	(641.809)	(469.761)	(477.054)
Dólar	(193.144)	(194.872)	(116.557)	(118.383)
Prefixado	(443.527)	(446.937)	(353.204)	(358.671)
Total do valor líquido	(794.858)	(794.858)	(680.681)	(680.681)

(i) Veja Nota 3 "e".

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019				2018	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros	812.001	1.376.666	2.819.038	8.398.480	13.406.185	10.130.212
Swap	(40.383)	(31.238)	(151.325)	(570.712)	(793.658)	(695.041)
Operações a termo	602	(1.523)	2.247	(2.526)	(1.200)	14.360

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostos:

	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2019	2018
Futuros	264.292	301.038	675.613	
Swap	(186.048)	(220.912)	(592.186)	
Operações a termo	(8.256)	(4.088)	15.622	
Opções	-	3	-	
Total	69.988	76.041	99.049	

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos: Administração de Risco Operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em

um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS. **Administração de Riscos de Mercado e Liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193. **Administração de Risco de Crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 2.844, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

9. Operações de Crédito: a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2019			2018	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Setor privado - a vencer em:					
Cédula de crédito bancário (CCB)	4.821	45.442	90.000	140.263	162.818
Indústria	-	45.229	-	45.229	48.376
Comércio	4.821	-	-	4.821	24.094
Outros serviços - PJ	-	213	90.000	90.213	90.348
Nota de crédito à exportação (NCE)	413.149	404.464	806.140	1.623.753	1.170.732
Indústria	413.149	404.464	806.140	1.623.753	1.170.732
Financiamento para importação	-	-	-	-	1.127
Comércio	-	-	-	-	1.127
Exportação - ACC	147.779	267.936	-	415.715	537.868
Indústria	147.779	267.936	-	415.715	537.868
Rendas a receber de ACC	1.642	1.116	-	2.758	4.863
Indústria	1.642	1.116	-	2.758	4.863

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Setor privado - a vencer em:	2019			2018	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Exportação - ACE	-	81.200	-	81.200	33.383
Indústria	-	81.200	-	81.200	33.383
Rendas a receber de ACE	-	411	-	411	359
Indústria	-	411	-	411	359
Varição cambial sobre ACC/ACE (i)	1.220	2.463	-	3.683	13.346
Indústria	1.220	2.463	-	3.683	13.346
Total	568.611	803.032	896.140	2.267.783	1.924.496

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no saldo da moeda estrangeira de Adiantamentos sobre contratos de câmbio Exportação - Letras a entregar (ACC) e Exportação - Letras entregues (ACE), convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração do risco de crédito	2019	2018
Principal devedor	1.623.753 (i)	1.170.732
Percentual sobre o total da carteira de crédito	71,6%	60,8%
20 maiores devedores	2.267.783	1.924.496
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

(i) Veja nota 26 "a".

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de Risco	% de Provisão	Total da carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
		2019	2018	2019	2018
AA	0,0%	2.129.059	1.734.524	-	-
A	0,5%	15.525	71.289	(78)	(356)
G	70,0%	123.199	118.683	(86.239)	(83.078)
Total		2.267.783	1.924.496	(86.317)	(83.434)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldos no início dos exercícios	(83.434)	(74.289)
Constituição de provisão	(4.096)	(13.374)
Reversão de provisão	1.213	4.229
Saldos no final dos exercícios	(86.317)	(83.434)

e) **Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo:** O montante de créditos renegociados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 representa R\$ 105.396 (2018 - R\$ 218.827). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

10. Carteira de Câmbio - Circulante	2019	2018
Câmbio comprado a liquidar	663.028	983.919
Direitos sobre vendas de câmbio	327.304	201.430
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	3.169	5.222
Total	993.501	1.190.571

	2019	2018
Câmbio vendido a liquidar	327.091	201.421
Obrigações por compra de câmbio	661.032	973.831
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(496.915)	(571.251)
Total	491.208	604.001

11. Outros Créditos - Diversos	2019	2018
Créditos tributários - IRPJ e CSLL (nota 21 "b")	56.606	47.826
Depósitos judiciais (nota 19 "d")	38.364	37.132
Antecipação de IRPJ e CSLL	13.638	17.812
Valores a receber de sociedades ligadas	2.634	7.678
Outros	1.753	1.239
Total	112.995	111.687

	2019	2018
Ativo circulante	30.789	30.246
Realizável a longo prazo	82.206	81.441

12. Depósitos	2019			2018	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Depósitos à vista	108	-	-	-	108
Depósitos a prazo	-	89.582	956.506	4.803	1.050.891
Total	108	89.582	956.506	4.803	1.050.999

Em 31 de dezembro de 2019 o percentual médio das captações dos depósitos é 102,5% do DI (2018 - 100,1% do DI).

13. **Captações no Mercado Aberto:** Em 31 de dezembro de 2019, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 424.583 (2018 - R\$ 62.073), com vencimentos até maio de 2020 e taxas que variam de 4,43% a 5,38% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

14. **Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares:** Em 31 de dezembro de 2019, o Banco não possui obrigação por emissão de Letras Financeiras (2018 - R\$ 927).

15. **Obrigações por Empréstimos:** As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 569.415 (2018 - R\$ 1.839.393) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos a exportação, com vencimentos até novembro de 2020. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 1,65% a 1,92% ao ano.

16. **Obrigações por Repasses:** As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 1.623.753 (2018 - R\$ 1.170.551) estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até novembro de 2021. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 2,14% a 3,51% ao ano.

17. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	2019	2018
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos (nota 21 "b")	36.416	43.819
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	35.225	54.349
Impostos e contribuições a recolher	12.949	16.627
Total	84.590	114.795
Passivo circulante	48.821	73.131
Exigível a longo prazo	35.769	41.664

18. Outras Obrigações - Diversas

	2019	2018
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas (nota 19 "d")	27.181	26.481
Salários, gratificações e encargos sociais	14.890	12.547
Contas a pagar - despesas administrativas	883	2.677
Valores a pagar de sociedades ligadas	686	-
Outras	214	73
Total	43.854	41.778
Passivo circulante	15.786	13.184
Exigível a longo prazo	28.068	28.594

19. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a)

Contingências ativas: O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. **b) Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3 "m". O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota 18), no exigível a longo prazo. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 26.338 (2018 - R\$ 31.141). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 10.929 (2018 - R\$ 10.459), decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.294 (2018 - R\$ 5.194) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 5.635 (2018 - R\$ 5.265), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. **c) Obrigações legais:** A provisão para contingência do processo principal no montante de R\$ 18.812 (2018 - R\$ 18.313), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade. **d) Movimentação dos saldos**

	Contingências			Total
	Trabalhistas	fiscais	legais	
Saldo em 31/12/2018	705	2.773	23.003	26.481
Constituição	-	-	197	197
Reversão	(35)	-	(8)	(43)
Utilização	(208)	-	-	(208)
Atualização	32	77	645	754
Saldo em 31/12/2019	494	2.850	23.837	27.181
Depósitos Judiciais (i)				
Saldo em 31/12/2019	51	13.666	24.647	38.364
Saldo em 31/12/2018	185	13.162	23.785	37.132

(i) Veja nota 11.

20. **Patrimônio Líquido:** O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 (2018 - 4.204.886.326) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2018, conforme Atas da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, ocorreram aumentos de capital social com recursos dos acionistas no montante de R\$ 474.915 e mediante a incorporação da SPS no Banco no montante de R\$ 843, representados por 1.983.259.169 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os processos foram aprovados pelo BACEN em 19 de fevereiro de 2018 e 18 de dezembro de 2018, respectivamente. **a) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Em 19 de dezembro de 2019, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foram aprovados os pagamentos: i) dividendos no valor de R\$ 3.000 e ii) juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 51.850, já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 9.150. O efeito fiscal da distribuição dos juros sobre o capital próprio, reconhecido no resultado do exercício, totalizou R\$ 24.400.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	113.886	113.886	104.592	104.592
Juros sobre Capital Próprio-JCP	(61.000)	(61.000)	-	-
Adições (exclusões) temporárias	33.217	33.217	25.730	25.730
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	28.037	28.037	25.870	25.870
Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	2.883	2.883	74.073	74.073
Provisão Riscos de Crédito - Debêntures	(335)	(335)	(9.115)	(9.115)
Outras	2.632	2.632	(65.098)	(65.098)
Adições (exclusões) permanentes	6.236	848	5.375	1.308
Base tributável	92.339	86.951	135.697	131.630
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	-	-	(6.082)	(15.188)
Base tributável após a compensação	92.339	86.951	129.615	116.442
Alíquotas	25%	15%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(23.061)	(13.043)	(32.380)	(23.288)
Incentivos Fiscais	879	-	1.319	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(22.182)	(13.043)	(31.061)	(23.288)
Crédito Tributário	1.684	7.096	(1.247)	(3.673)
Passivo fiscal diferido	6.621	530	6.154	7.571
Total	(13.877)	(5.417)	(26.154)	(19.390)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldo em 31/12/2018		Realização/Reversão		Saldo em 31/12/2019	
	Constituição	Realização/Reversão	Constituição	Realização/Reversão	Constituição	Realização/Reversão
Créditos tributários	47.826	12.495	(3.715)	56.606		
Refletido no Resultado						
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	33.373	5.831	(559)	38.645		
Provisão Para Riscos Fiscais e trabalhistas	10.589	1.722	(91)	12.220		
Outros	3.864	4.942	(3.065)	5.741		
Total	47.826	12.495	(3.715)	56.606		
Passivo fiscal diferido	(38.131)	(23.497)	30.648	(30.980)		
Refletido no Resultado						
Marcação a mercado de derivativos	(30.288)	(21.887)	30.287	(21.888)		
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	(361)	(151)	361	(151)		
Atualização monetária de depósitos judiciais	(7.482)	(1.459)	-	(8.941)		
Refletido no Patrimônio Líquido	(5.688)	(5.438)	5.690	(5.436)		
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(5.688)	(5.438)	5.690	(5.436)		
Total	(43.819)	(28.935)	36.338	(36.416)		

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de Realização	Diferenças Temporárias	Total
1º Ano (i)	12.765	12.765
2º Ano	8.061	8.061
3º Ano	23.551	23.551
4º Ano	-	-
5º Ano	-	-
6º ao 10º Ano	12.229	12.229
Total	56.606	56.606
Valor Presente (ii)	49.650	49.650

(i) Para as realizações previstas em janeiro e fevereiro de 2020 foi utilizada a alíquota de 15% para o cálculo da CSLL e a partir de março de 2020, a alíquota de 20%, conforme prevista no artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103. (ii) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada. Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

22. Partes Relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. **a) Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2019	2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades	161	1.658	8.929	39.678
BNS	161	1.658	8.929	39.678
Carteira de câmbio - posição ativa	9.596	8.183	(10)	346
BNS	9.596	8.183	(10)	346
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas/receitas (despesas) de prestação de serviços	1.948	7.678	12.678	37.509
BNS	983	4.649	12.379	33.466
Scotiabank & Trust (Cayman)	11	1.476	739	4.037
Scotiabank Inverlat (México)	350	1.031	(506)	6
Banco Colpatria (Colômbia)	604	522	81	-
Scotiabank Peru	-	-	(15)	-
Obrigações por empréstimos	(569.415)	(1.838.267)	(71.715)	(154.306)
BNS	(569.415)	(1.838.267)	(71.715)	(154.306)
Obrigações por repasses	(1.623.753)	(1.170.551)	(90.389)	(159.094)
BNS	(1.623.753)	(1.170.551)	(90.389)	(159.094)
Carteira de câmbio - posição passiva	(9.564)	(8.135)	46	(473)
BNS	(9.564)	(8.135)	46	(473)

b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com

a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$ 13.210 (2018 - R\$ 9.722), sendo formadas por R\$ 8.373 (2018 - R\$ 7.635), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 4.837 (2018 - R\$ 2.087), que representam remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

23. Pagamento baseado em ações: Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações

do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 1.896 (2018 - R\$ 815) e a quantidade total de ações é de 24.253 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,231 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.382 (2018 - R\$ 407). **b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.395 (2018 - R\$ 1.609) e a quantidade total de ações é de 28.300 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,231 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.824 (2018 - R\$ 1.100). **c) Plano de Desempenho Diferido (DPP - Deferred Performance Plan):** No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 492 (2018 - R\$ 1.405) e a quantidade de ações é de 2.327 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de R\$ 0,211 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 257 (2018 - R\$ 220).

24. Benefícios a empregado pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 814 (2018 - R\$ 859). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

25. Índice de Basileia e Limites Operacionais: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia com base nas diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia do Banco é de 27,20% (2018 - 25,13%), o Patrimônio

de Referência de R\$ 1.094.897 (2018 - R\$ 1.067.060) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 322.065 (2018 - R\$ 366.166). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização. O Banco encontra-se enquadrado em todos os limites no final destes exercícios.

26. Outras Informações: a) Operações ativas vinculadas: Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2019	2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Operações de crédito				
NCE (nota 9 "a")	1.623.753	1.170.732	69.227	159.185
Obrigações por repasses				
Repasses do exterior (nota 16)	(1.623.753)	(1.170.551)	(69.227)	(159.094)
Resultado líquido			-	91

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.844. **b) Efeitos da majoração da alíquota de contribuição social:** Nos termos da Emenda Constitucional nº 103, a partir de 01 de março de 2020 fica estabelecida a alíquota de 20% da CSLL sobre o balanço. Os impactos da majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20% em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 6.086 sobre créditos tributários e R\$ 4.046 sobre o passivo fiscal diferido. **c) Outras receitas/despesas operacionais:** Em 31 de dezembro de 2019, referem-se substancialmente: (i) "Outras receitas operacionais", a rendas de atualização de depósitos judiciais e impostos, e reversão de provisões operacionais; (ii) "Outras despesas operacionais", a atualização de impostos e contribuições sobre os lucros, e provisão passiva de contingências fiscais. **d) Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo – SP.

T: (11) 2202.8100
br.scotiabank.com